



CÂMARA MUNICIPAL DA SERRA ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Serra, 08 de janeiro de 2025.

De: Procuradoria
Para: Procuradoria

Referência:

Processo nº 12/2025

Proposição: Projeto de Lei Complementar nº 2/2025

Autoria: SAULINHO

CLEBER SERRINHA - MDB, Dr William Miranda - UB, RAPHAELA MORAES - PP,
WELLINGTON ALEMÃO - REDE

Ementa: Dispõe sobre a reestruturação do Plano de Cargos, Carreira e Sistema de Valorização e Remuneração dos Servidores Públicos da Câmara Municipal da Serra/ES, estabelece normas de enquadramento e dá outras providências.

DESPACHO ELETRÔNICO DE DOCUMENTOS

Fase Atual: Emitir Parecer

Ação realizada: Parecer Emitido

Descrição:

PARECER PRÉVIO DA PROCURADORIA GERAL

Processo nº: 12/2025

Projeto de lei nº: 2/2025

Autores: Saulinho, Cleber Serrinha, Dr. William Miranda, Raphaela Moraes e Wellington Alemão (Mesa Diretora).

Assunto: Dispõe sobre a reestruturação do Plano de Cargos, Carreira e Sistema de Valorização e Remuneração dos Servidores Públicos da Câmara Municipal da Serra/ES, estabelece normas de enquadramento e dá outras providências.

Parecer nº: 005/2025

RELATÓRIO

Cuidam os autos de Projeto de Lei nº 2/2025 de autoria dos vereadores Saulinho Cleber



Autenticar documento em <https://serra.camarasempapel.com.br/autenticidade> com o identificador 3200300037003300360037003A005400, Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.





CÂMARA MUNICIPAL DA SERRA ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Serrinha, Dr. William Miranda, Raphaela Moraes e Wellington Alemão, que dispõe sobre a reestruturação do Plano de Cargos, Carreira e Sistema de Valorização e Remuneração dos Servidores Públicos da Câmara Municipal da Serra/ES, estabelece normas de enquadramento e dá outras providências.

Diante disso, a Presidência desta Casa de Leis encaminhou-nos o processo para a necessária averiguação quantos aos aspectos legais e constitucionais para o início da sua tramitação, com consequente emissão de Parecer.

Compõem os autos até o momento a Minuta de Projeto de Lei em estudo, a correspondente Justificativa e os despachos de encaminhamento para elaboração de parecer jurídico prévio.

FUNDAMENTAÇÃO

Nestes termos, relatado o feito na forma dos parágrafos anteriores, passo a opinar.

Ab initio, é preciso ressaltar que o presente parecer é meramente opinativo e decorre do mandamento consubstanciado no item 7.1 da Lei Municipal nº 2.656/2003, o qual determina à Procuradoria o assessoramento da Mesa Diretora e da Presidência desta Augusta Casa de Leis, a fim de assegurar a correta e justa aplicação do ordenamento jurídico pátrio, bem como resguardar as competências atribuídas pela Lei Orgânica do Município e as normas estabelecidas na Resolução nº 278/20.

Passando para a análise da Constitucionalidade, do ponto de vista material, atentando para a regra constitucional que prescreve a competência legislativa local dos municípios, se percebe claramente que, não estando a matéria aqui tratada no rol daquelas de competência legislativa privativa da União ou dos Estados, não há óbice para que o assunto seja regulado por Lei Municipal.

Observa-se que tal pretensão encontra fulcro no artigo 95, inciso VII, da lei Orgânica Municipal, , *in verbis*:

“Art. 95. À Câmara Municipal, com autonomia administrativa e financeira e com as suas normas de funcionamento fixadas através de Regimento Interno,





CÂMARA MUNICIPAL DA SERRA ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

competete privativamente: (...)

VII- dispor sobre o quadro de seus servidores, criação, transformação e extinção dos seus cargos e funções e fixar a respectiva remuneração; (...)

Sendo assim, no que concerne à iniciativa, tem-se que a Lei Orgânica do Município (LOM) preconiza ser de competência exclusiva da Câmara Municipal organizar seus serviços administrativos, criando, alterando e extinguindo cargos, empregos e funções e fixando os respectivos vencimentos, observados os parâmetros estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias.

Assim, cabe exclusivamente ao Poder Legislativo Municipal, com autonomia administrativa e financeira a reestruturação pretendida, em conformidade com os princípios e diretrizes constitucionais.

Detona-se, ainda, que o Projeto de Lei se encontra acompanhado com Impacto Financeiro Orçamentário.

Deste modo, observadas as questões acima, verificada a constitucionalidade, legitimidade para a sua propositura, bem como a boa técnica legislativa, opina esta Procuradoria favoravelmente ao Projeto de Lei em avaliação.

CONCLUSÃO

Posto isso, firmada em todas as razões e fundamentos já expostos, **opina esta Procuradoria pelo regular prosseguimento do Projeto de Lei nº 2/2025**, sem embargos de eventual análise jurídica sobre o mérito da presente matéria, em caso de solicitação pelas Comissões Competentes, Mesa Diretora e Presidência ou outras questões não abordadas neste parecer.

Ressaltamos que o presente Parecer é de natureza opinativa e não vinculatória, específico para o presente processo, de modo que, todos aqueles participantes do processo, em especial o gestor público, dentro da margem de discricionariedade, juízo de valor e ação que lhes são conferidos, deverão diligenciar pela observância dos princípios e normas constitucionais e infraconstitucionais no caso em destaque.





CÂMARA MUNICIPAL DA SERRA ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Esses são os esclarecimentos que formam nosso parecer que submetemos à apreciação Superior, motivo pelo qual **ENCAMINHAMOS** os autos à Presidência.

Serra/ES, 8 de janeiro de 2025.

RENATO GASPARINI CONRADO DE MIRANDA

Procurador Geral

FERNANDA SILVÉRIO MACHADO NASCIMENTO

Assessora Jurídica

Próxima Fase: Elaborar Parecer Jurídico Preliminar

FERNANDA SILVERIO MACHADO NASCIMENTO
Assessor Jurídico



Autenticar documento em <https://serra.camarasempapel.com.br/autenticidade> com o identificador 3200300037003300360037003A005400, Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

